

Governo pretende repassar recursos excedentes à saúde

BRASÍLIA — O Secretário Geral do Ministério da Saúde, Luís Romero Faria, admitiu ontem que o Governo poderá editar uma Medida Provisória definindo a aplicação dos recursos decorrentes de excesso de arrecadação, caso o Congresso não vote rapidamente a proposta enviada pelo Executivo. Indagado sobre a inconstitucionalidade da medida, afirmou que, no caso de excesso de arrecadação, não se aplica esse princípio.

A demora na aprovação da complementação orçamentária tem preocupado os ministros da área social, que têm dinheiro em caixa e compromissos a sanar e não podem sacar o dinheiro creditado no Banco Central sem autorização do Congresso. O Ministério da Saúde, por exemplo, tem de pagar, este mês, cerca de Cr\$ 40 bilhões a hospitais públicos e privados que prestam atendimento à população. Outros Cr\$ 40 bilhões devem ser gastos em outubro, Cr\$ 50 bilhões em novembro e Cr\$ 60 bilhões em dezembro.

Luís Romero explicou que, este ano, o orçamento do Ministério da Saúde é atípico: tem 15 meses de des-

pesas, pois herdou do Governo passado débitos a saldar do último trimestre de 1989 e terá de fechar todos os pagamentos de 1990 até o fim de dezembro. Acrescentou que o déficit do Inamps, inicialmente previsto em Cr\$ 460 bilhões, está reduzido a apenas Cr\$ 60 bilhões, mas existem recursos suficientes do excesso de arrecadação para saná-lo.

— Acredito que entraremos em 1991 com um orçamento equilibrado. Não vamos cometer o erro que o Governo anterior, que não pagar todos os seus compromissos.

O orçamento do Ministério da Saúde para 1991 terá um ganho real de 62%, subindo de US\$ 9 bilhões para US\$ 15 bilhões, o que representa, a preços de janeiro de 1991, cerca de Cr\$ 1,3 trilhão. Isso, segundo Romero, significa que a participação da saúde no Produto Interno Bruto aumentará de 1,7% em 1989 para 4% em 1991. Romero disse que o Governo vai cumprir a meta de elevar a 10% do PIB as aplicações em saúde, até 1994. A área federal deverá participar com 6% e os Estados e Municípios com 4% por cento.